“**O RIO GRANDE MERECE MAIS**”

Coligação PDT – DEM – PSC – PV – PEN

PLANO DE GOVERNO: 2015 - 2018

VIEIRA DA CUNHA: Governador

FLÁVIO GOMES: Vice

Julho

2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....03

1. EDUCAÇÃO.....05

2. SAÚDE.....08

3. SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO SOCIAL.....10

4. AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....13

5. SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE.....15

6. TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....19

7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO.....22

8. DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....24

9. CULTURA, ESPORTE E LAZER.....26

10. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....28

11. ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....33

12. FINANÇAS PÚBLICAS E RELAÇÃO FEDERATIVA.....37

APRESENTAÇÃO

Neste plano, ainda em elaboração, constam as principais propostas da **coligação** "**O Rio Grande Merece Mais**" (PDT – DEM – PSC – PV - PEN) para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2015-2018.

Trata-se de um conjunto de propostas aberto à contribuição da sociedade.

Sugestões e críticas serão bem-vindas num processo de interação com a população ao longo da campanha eleitoral que se avizinha, o qual certamente será de muito aprendizado.

Não tenho a pretensão de apresentar, desde logo, um plano pronto e acabado. As propostas a seguir serão submetidas ao democrático debate com a sociedade gaúcha.

Algumas questões são, porém, para nós, prioritárias. Acreditamos firmemente que a educação pública está na base do processo de desenvolvimento harmônico de uma sociedade.

Enquanto não tivermos um sistema educacional gratuito e de qualidade, não construiremos o Estado e o Brasil justos socialmente, com igualdade de oportunidades para todos.

Ao lado de outros temas de extrema relevância para a qualidade de vida dos gaúchos – como saúde, segurança e meio-ambiente -, a educação será a nossa prioridade das prioridades.

Evidentemente que não faltará atenção para outros importantes setores da administração pública estadual, como poderão perceber aqueles que examinarem o conjunto de propostas e compromissos que apresentaremos a seguir.

A despeito de todas as dificuldades, acreditamos firmemente na pujança do Rio Grande do Sul e na capacidade de trabalho do seu povo para superá-las.

A administração pública, porém, tem que fazer a sua parte.

Urge instaurar no Estado uma política de austeridade e eficiência, com rigoroso controle do gasto público.

É preciso também repactuar nossa relação com a União, reduzindo o altíssimo percentual de comprometimento da receita com o pagamento da dívida e buscando o ressarcimento devido das bilionárias perdas impostas pela Lei Kandir.

O nível atual dos investimentos públicos – em média, o governo do Estado investe apenas 5% da receita – é incompatível com a necessidade de qualificação

dos serviços oferecidos à população e melhoria das condições precárias de infraestrutura que emperram o processo de desenvolvimento do Estado.

É hora, portanto, de renovar, de dar oportunidade a uma administração disposta a escrever a história de um novo tempo para o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande merece mais!

Peço o teu voto de confiança.

Sinto-me preparado para a honrosa missão.

Faço política desde os quinze anos de idade, quando me elegi presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Anchieta.

São quase 40 anos de militância.

Cresci. Aprendi. Amadureci.

Creia, estou pronto para ser o teu Governador.

Fraterno abraço!

Vieira da Cunha

Porto Alegre, julho de 2014.

1. EDUCAÇÃO

A realidade do Estado do Rio Grande do Sul demonstra que ainda temos um bom caminho a percorrer para melhorar a qualidade do ensino e atingir a plena democratização da educação.

O índice de analfabetismo, que em 2000 atingia 6,11% da população acima de 10 anos de idade, caiu em 2010 para 4,24% (segundo os dados mais recentes do IBGE).

Na Educação Infantil, mais da metade das crianças de até cinco anos de idade não são atendidas em estabelecimentos de ensino. Situação completamente diferente é a do Ensino Fundamental, para o qual se estima cobertura quase que total de atendimento da população na faixa etária de seis a quatorze anos de idade na maioria dos municípios do Estado, embora a qualidade do ensino oferecido ainda deixe a desejar.

A escolarização de pessoas entre quinze e dezessete anos atinge apenas 85,64% da população, deixando fora da escola aproximadamente 76 mil jovens com idade esperada para o Ensino Médio. Mediante tal quadro, se justifica uma estratégia competente, mas não única, na implantação da escola de tempo integral como meio de universalizar o acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

O desafio está relacionado ao esforço de toda a sociedade para atrair os jovens em idade adequada para cursar o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante. Vamos direcionar nossas ações para criar, efetivamente, condições ideais e reais para atrair e motivar as famílias, de tal sorte que toda a população a partir dos quinze anos esteja estudando ou se preparando em cursos profissionais para enfrentar o mercado de trabalho e, mais à frente, seguir os estudos em uma instituição de Ensino Superior.

Acreditamos que o autoritarismo, o arbítrio e o tecnicismo que nortearam a vida brasileira por muitos anos trouxeram à educação consequências terríveis, submetendo-a a interesses de grupos e transformando-a - como afirma Darcy Ribeiro em seu livro “Nossa Escola é uma Calamidade” - em uma escola desonesta, inadequada e impatriótica. À medida que cresce a concentração dos privilégios, cresce igualmente o sentido de marginalização social.

Atualmente, a sociedade clama por uma escola de qualidade, socializada e democrática. Neste sentido, uma política educacional verdadeiramente democrática deverá atender aos seguintes objetivos:

- Instalações adequadas, sendo de responsabilidade do governo a infraestrutura física, material e de equipamentos;

- Horário integral, pois com apenas três ou quatro horas diárias de permanência na escola é impossível desenvolver todas as potencialidades existentes nas crianças e adolescentes;
- Garantia de alimentação básica para manter estimulado o pleno desenvolvimento do aluno;
- Profissionais capazes, com acesso a atualizações sistemáticas;
- Remuneração compatível, que é pré-requisito para a implantação de qualquer proposta educacional séria;
- Atividades culturais e esportivas para o desenvolvimento integral do aluno.

Considerando as premissas expostas, propomos:

— Resgatar os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), escolas de turno integral com infraestrutura capaz de dar atendimento à criança e ao jovem em todas as suas necessidades básicas e, ainda, de estender estes benefícios à comunidade, iniciando pelos 94 estabelecimentos construídos no Governo Alceu Collares, no período de 1991 a 1994.

O CIEP é o caminho para eliminar a marginalidade e dar condições aos alunos de competir, em situação de igualdade, com aqueles que têm acesso à educação privada. O processo de ensino e aprendizagem no CIEP efetiva a alfabetização na 1ª série do Ensino Fundamental e reduz consideravelmente a evasão escolar e a reprovação.

Somente desta maneira é possível alterar o papel da escola pública substancialmente, que passa de mera repassadora de conteúdo e reforçadora de desigualdades sociais para geradora de ideias, articuladora de ações solidárias, cooperativas e promotoras da permanência do aluno na escola. Como consequência, será fundamental uma prática docente que amplie e humanize o espaço de sala de aula, tornando-o produtor de saber com prazer.

— Atender à clientela portadora de necessidades educativas especiais (CIEP Especial), visando ao desenvolvimento de suas potencialidades como fator de autorrealização, preparação para o trabalho e integração social.

— Melhorar o ensino como questão de alto interesse público, e não como mera questão técnica, através de atualização dos professores de forma sistemática durante o ano letivo e da alfabetização de adultos, reforçando o atendimento individual de alfabetização quando o aluno não atingir o objetivo por métodos tradicionais.

— Realizar todos os esforços necessários para pagar o piso nacional do magistério, buscando a alteração da Lei 11.738/2008 para permitir que todos os Estados possam receber repasses financeiros da União para a viabilização do pagamento, atendidas as condições estabelecidas na legislação (cumprimento da

vinculação constitucional, existência de plano de carreira e apresentação de planilha demonstrativa de valores).

— Envolver família e comunidade na gestão da escola pública, tornando o espaço escolar disponível para as demandas da comunidade e fornecendo suporte para que as famílias apoiem o aprendizado dos filhos.

— Buscar ampliar para 100% o financiamento para o transporte escolar de alunos do Ensino Médio da Rede Estadual, e subsidiar o transporte dos alunos da rede municipal, através de convênios.

— Debater com os COREDES o papel da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em cada região.

— Criar um Programa Estadual de Saúde Escolar, que vise combater a drogadição, assistir as famílias, identificar deficiências de aprendizado relacionadas à visão, audição, fala e déficit de atenção.

—Criar Escola de Formação de Gestores para aqueles que almejam cargo de direção, promovendo treinamentos específicos em formação de diretores, professores e administrativos, gestão escolar, gestão pedagógica e gestão da oferta de ensino nos diferentes níveis do ensino estadual.

— Implantar e universalizar o uso de tecnologias de informação e de comunicação, como o uso de lousas digitais, como instrumentos inovadores no processo de educação e de gestão das escolas.

— Criar e implementar a política estadual de atendimento integrado às pessoas com transtorno do espectro autista.

— Ampliar as ações das políticas praticadas no âmbito escolar sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, em que perdure o espírito elevado e civilizado na realização de uma educação antirracista e antidiscriminatória, a ser universalizada pelo debate com a sociedade, entre escolas e universidades.

2. SAÚDE

Saúde Mais Perto das Pessoas

A prestação de serviços hospitalares sob a coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS) se concentra em uma rede da ordem de 350 instituições de natureza jurídica diversa, havendo filantrópicas, privadas, federais, estaduais e municipais, com uma distribuição geográfica desigual e concentrada desses serviços. Em torno de 65% das instituições prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares são contratualizados junto a entidades filantrópicas.

Carecem de apoio os pequenos hospitais com menos de 30 leitos que, na grande maioria, não realizam cirurgias nem partos, mas que podem ser mais bem aproveitados para o atendimento clínico de sua região por pacientes de longa internação, crônicos, terminais, desintoxicação de pacientes dependentes de álcool e outras drogas, onde poderão receber um atendimento mais humanizado e, ao mesmo tempo, ajudarão a desafogar os leitos dos hospitais de referência regional.

- **Urgência e emergência**

— Qualificar e ampliar o acesso ao atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, elevando o atendimento das famílias em suas residências, por meio de ações do Programa Saúde da Família, nos quatro anos de governo.

— Ampliar o SAMU e qualificar a regulação do serviço.

— Ampliar os serviços das UPAs em todo o Estado, respeitadas as normas do Ministério da Saúde.

— Apoiar os municípios na qualificação e manutenção dos seus serviços de urgência 24 horas.

— Fortalecer os grandes prontos-socorros existentes junto aos hospitais com maior capacidade.

— Qualificar os Planos de Ação Regional.

- **Atenção básica**

— Fortalecer e qualificar as ações estratégicas da Saúde da Família, referência para o monitoramento das ações de saúde ao cidadão, vinculado ao território em que reside.

— Implantar o Prontuário Eletrônico, sistema informatizado de todo o histórico de saúde do cidadão, tanto das ações ambulatoriais como hospitalares. Esta ação qualificará os serviços e reduzirá custos de repetição e perdas de procedimentos diagnósticos e terapêuticos.

— Fortalecer e monitorar a Atenção Secundária e Terciária. Desta maneira, a população de cada região deve ter sua estrutura referenciada, evitando deslocamentos para a grande maioria dos procedimentos necessários.

— Fortalecer as ações contra a violência, drogas e problemas mentais, uma vez que os indicadores de violência e problemas psicossociais indicam que estes são os maiores desafios dos gestores na área social.

— Ampliar os serviços de atendimento ambulatorial através dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), dos Núcleos de Apoio à Atenção Básica (NAAB), do atendimento hospitalar, através de leitos psiquiátricos e de desintoxicação de drogados, e de vagas em Comunidades Terapêuticas. Será um trabalho integrado, multidisciplinar e intersetorial a ser realizado por meio da interveniência das secretarias de Estado da Educação, da Assistência Social, da Segurança Pública, do Trabalho e da Saúde, com foco na prevenção e em parcerias com entidades da sociedade organizada.

- **Financiamento da Saúde**

— Cumprir o dispositivo constitucional que determina aos Estados aplicarem, em saúde, 12% do valor total da Receita Líquida e Transferências.

— Promover esforço político de negociação com os demais membros da federação propondo que o Governo Federal dobre os seus investimentos em saúde, o que certamente melhorará o acesso e a qualidade do SUS, pelo fato de a União embolsar em torno de 65% dos recursos arrecadados no País.

- Ampliar e qualificar a rede de hospitais de alta complexidade, investindo na regionalização do atendimento, o que evitará o transporte de pacientes por longas distâncias.

3. SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO SOCIAL

Segurança integrada e mais próxima

O Rio Grande do Sul está mergulhado em uma situação de insegurança não apenas nos grandes e médios municípios, mas também nas pequenas cidades do interior e na zona rural. As mais diversas manifestações da escalada de violência se fazem presentes. O crime organizado, as ações violentas contra as pessoas por meio de roubos à mão armada, até a prática de pequenos furtos e pichações criaram um ambiente de insegurança que está mudando o modo de viver das pessoas em todas estas comunidades.

A crescente deterioração do sistema penitenciário resulta em um cenário nacional e regional alarmante. Em 15 anos, o Brasil prendeu sete vezes mais do que a média de outros países com índice de criminalidade de ponta. Da população carcerária no RS, 62,48% não completaram o Ensino Fundamental. Somente 11,42% conseguem atingir esta meta. Ou seja, a grande maioria dos presos do Estado - 73,90% - não ingressa no Ensino Médio ou Profissionalizante. Essa é uma evidência de que a violência está diretamente associada à falta de acesso à educação.

Desde o Governo Alceu Collares (1991 – 1994), nos últimos 20 anos, nenhum outro governo investiu em formação de novos policiais. No período, foram incluídos 7.376 novos policiais militares, fixando uma relação numérica de um PM por 332 habitantes. Atualmente, a relação PM por habitante passou a ser de 427**.** A defasagem de contingente tem correlação com a proliferação da criminalidade, por insuficiência de ações preventivas da polícia.

- **Redução da criminalidade pela gestão por resultados**

O nosso governo estabelecerá um modelo de gestão por resultados com base em indicadores de segurança pública em que os órgãos deverão, por meio de metas, atingir os índices estabelecidos para que seja considerada efetiva a prestação do serviço público.

- **Prevenção primária da violência**

— Instalar em comunidades de alta vulnerabilidade a governança integral nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e segurança.

— Em harmonia com o Poder Judiciário, buscar uma maneira de criar novos processos que permitam a instituição de um novo modelo de penas alternativas.

- **Atendimento aos chamados de emergência**

— Diminuir o tempo de espera no telefone 190, e o tempo médio para a chegada ao local da emergência.

— Implementar ações que reduzam os tempos de espera e de permanência nas delegacias.

- **Tecnologia — Sistemas Operacionais**

— Organizar um banco de dados unificado, com registro único de ocorrências.

— Instalar um software de análise criminal com abrangência em todo o Estado e capacidade de integralização aos demais sistemas do País.

— Operar com base no processo virtual, eliminando os protocolos físicos.

- **Tecnologia — Infraestrutura de tecnologia**

— Monitorar as viaturas por satélite.

— Organizar a comunicação segura por meio de sistema digital.

— Expandir e integrar os sistemas de vídeo monitoramento públicos e privados.

— Adquirir instrumentos tecnológicos para a qualificação da investigação e das perícias criminais.

- **Reforma estrutural — Provisão de recursos humanos**

— Ampliar o efetivo da Brigada Militar.

— Aumento progressivo do efetivo da Polícia.

— Dotação de agentes penitenciários para as novas casas prisionais.

— Contratação de servidores civis de nível médio e superior, para liberar o policial de encargos administrativos a fim de exercer a atividade operacional.

— Fixar os efetivos de cada município com base em critérios técnicos, amparados em índices de criminalidade.

- **Reforma estrutural — Modernização da estrutura organizacional**

— Alinhar as estruturas operacionais da Brigada Militar e da Polícia Civil em circunscrições territoriais comuns e integradas de acordo com os níveis correspondentes de gestão.

— Regionalizar as estruturas especializadas de enfrentamento qualificado da criminalidade na Brigada Militar e Polícia Civil.

— Construir presídios regionais.

— Reduzir a população carcerária do Presídio Central de Porto Alegre, reformando-o a fim de atingir sua paulatina e definitiva adequação às condições de utilização.

— Estruturar e capacitar a organização das perícias criminais.

— Qualificar e articulara regionalização das estruturas do Instituto-Geral de Perícias (IGP).

— Organizar, segundo as premissas da lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, a governança do Corpo de Bombeiros.

4. AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Visando promover o desenvolvimento da área com o maior dinamismo econômico das diversas regiões de produção de nosso Estado, o governo estimulará programas de fomento à produção, pesquisa e extensão nas áreas de agricultura, pecuária e pesca e do setor de pequenos empreendedores.

Na formação do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, a participação da agropecuária gira em torno de 10%, e do agronegócio como um todo, em torno de 42%. Quando avaliadas na dimensão da pequena propriedade, a agricultura e a pecuária têm desempenhado papel estratégico na sustentabilidade dos resultados econômicos do Estado à medida que incorporam tecnologia, ganham produtividade, adquirem estabilidade financeira em seus negócios, interagem com inúmeras atividades, geram empregos e respondem por parcela significativa da renda.

Não há dúvidas que vêm ocorrendo ganhos monetários e mudanças nos perfis de produção da pecuária de leite, da suinocultura, da avicultura, da piscicultura, da olericultura e da fruticultura. Porém, estas atividades empresariais – de pequeno, médio ou grande porte - de significativa importância para a economia gaúcha ainda não possuem os padrões plenos que são requeridos pelo mercado internacional, enfrentam custos de matérias-primas exorbitantes e taxas de juro não competitivas, fatores que dificultam a competitividade nos mercados e, por conseguinte, a melhor precificação dos produtos e derivados que ofertam.

Nosso governo se compromete a apoiar novas construções competitivas, seja no processo de produção pela aplicação da melhor técnica de produção ou na busca de mercados na América Latina e nos demais continentes.

Trabalharemos com as seguintes propostas:

—Criar o “Projeto Transformação Digital para o Pequeno e Médio Empreendedor do Meio Rural” com foco na internet, para produzir um novo espaço de informação de mercado e de negócios, na perspectiva de qualificar o trabalho e ampliar a produtividade nas atividades do agronegócio.

— Acionar os mecanismos de financiamento e estímulo ao processo produtivo e de acesso aos mercados, valendo-se do FUNDOPEM, BANRISUL/CAIXA RS/BRDE como agentes financeiros do BNDES.

— Desenvolver programas para a incorporação de tecnologias inovadoras, principalmente nos segmentos da indústria do agronegócio, da agricultura de precisão e de irrigação na agricultura e na pecuária, valendo-se de parcerias com programas do Governo Federal, mais precisamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Reforma Agrária, da EMBRAPA e de seus centros de tecnologia e pesquisa.

— Ampliar as ações de proteção ao meio ambiente no período de piracema, realizadas pelas 43 colônias de pescadores do Estado, buscando parcerias com os setores da indústria e organizações da sociedade que defendam o ambiente limpo e sustentável.

— Apoiar a produção e os processos de inovação tecnológica da cultura de sequeiro, da olericultura, da fruticultura, da produção de pastagens e da bacia leiteira, bem como estimular investimentos em tecnologia da irrigação, com o apoio do sistema financeiro do Estado.

— Ampliar os projetos e programas de assistência técnica a grupos de produtores e cooperativas que possuem relações com investidores articulados no campo comercial a fim de colocar produtos e matérias-primas nos mercados.

— Estimular a adoção de tecnologias de irrigação e de melhoramento genético vegetal e animal, e ampliar os programas voltados à sanidade e rastreabilidade dos rebanhos, contando com as parcerias da FARSUL, SEBRAE, SENAR, frigoríficos, cooperativas e sindicatos.

—Criar projeto de colaboração com os polos tecnológicos das universidades, priorizando as tecnologias da informação e modelos de negócios colaborativos:

- Por meio da Escola de Governo, das Organizações dos “S” e das universidades, desenvolver programas de treinamento para a inovação como forma de apoiar a implantação de novas tecnologias nas pequenas e médias empresas do meio rural.
- Reduzir a burocracia e os tributos que incidem sobre as empresas nascentes dedicadas à inovação tecnológica e à economia inteligente, com atenção específica para aquelas que surgem no meio rural, destinando-se ao turismo ecológico e ou esportivo.

— Apoiar a expansão e a consolidação da cadeia produtiva de base florestal no Estado como instrumento para o desenvolvimento das regiões com menor potencial agrícola, principalmente na Metade Sul e na Fronteira Oeste.

5. SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

O saneamento básico está associado ao planejamento efetivo dos recursos hídricos e das estruturas urbanas privadas e públicas, em face da transversalidade que estes segmentos possuem com outros setores como saúde, educação e desenvolvimento urbano sustentável.

A área de saneamento enfrentou, por longo período, dificuldades para efetivar os investimentos necessários ao acesso da população à água potável de qualidade - captação, adução e distribuição de água tratada -, à organização de redes de esgoto para o tratamento, à coleta e destino ambientalmente corretos de resíduos sólidos e à drenagem nos casos necessários.

A partir de 2007, com a Lei 11.445/2007, considerada o marco regulatório para o setor, o Governo Federal definiu o saneamento como prioridade do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destinando mais de R$ 50 bilhões ao ano para o setor. A CORSAN e algumas autarquias autônomas do Estado conseguiram se habilitar para captar recursos de investimentos superiores a R$ 5 bilhões, com plano de aplicação válido até 2018.

No Rio Grande do Sul, 98% da população urbana têm acesso à água tratada, mas ainda existem mais de 1,5 milhões de habitantes sem acesso à água de boa qualidade. O RS possui, numa de suas mais graves deficiências, apenas 15% do esgoto tratado no sistema de separador absoluto, índice muito baixo para um Estado que ocupa a 5ª posição no ranking econômico de um País que tem o 7º PIB do mundo. É preciso tornar realidade as obras contempladas com os recursos já garantidos para que se atinja, até 2018, a meta de 50% de esgoto tratado no Rio Grande do Sul. A nova situação permitirá a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma saúde pública preventiva eficiente, proporcionando melhor qualidade de vida aos gaúchos. Além da prevenção de doenças de vinculação sanitária e promoção da saúde, os investimentos também contribuirão para alavancar a economia e a geração de emprego e renda no Estado.

O Rio Grande do Sul ainda investe pouco em projetos com impacto na área ambiental, resultando em travamento das avaliações de licenças ambientais e dificuldades na criação e estruturação de unidades de conservação e fiscalização. O desenvolvimento regional trabalhado como estratégia de gestão descentralizada auxiliará na construção de um futuro melhor, apoiado na preservação dos recursos naturais.

São nossas propostas:

- **Saneamento — Água**

— Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água para populações rurais dispersas e em pequenos aglomerados urbanos. Fornecer água de boa qualidade a mais de 1,5 milhões de gaúchos que vivem fora dos perímetros urbanos e que, em sua maioria, contam com o abastecimento intermitente.

— Controlar e proteger os mananciais superficiais e subterrâneos. Preservar e utilizar adequadamente as águas do Aquífero Guarani, e intensificar as ações de educação ambiental nos municípios, com ênfase na preservação dos corpos hídricos.

— Garantir a estrutura tarifária com a preservação da Tarifa Consumo (justiça tarifária implantada no Governo Alceu Collares), bem como instituir incentivo social estadual para as populações de baixa renda, ampliando o enquadramento na tarifa social subsidiada.

— Preservar a CORSAN como empresa pública, de controle estatal, para prestar serviços segundo o prescrito no Marco Regulatório definido pela Lei 11.445/2007.

— Implementar programa de combate ao desperdício de água tratada.

- **Saneamento — Esgoto**

— Priorizar obras em andamento de sistemas de coleta e tratamento de esgoto nas cinco macrorregiões hidrográficas do Estado, buscando gradativamente a universalização dos serviços.

— Somar esforços com os municípios a fim de dar continuidade e aprimorar o sistema compartilhado com as prefeituras municipais, com aporte de receitas advindas do faturamento local da água e esgoto, investindo em novas tecnologias para ampliar os índices de esgotamento sanitário até a efetiva universalização dos serviços.

- **Saneamento — Resíduos sólidos**

— Ampliar e criar novas oportunidades de negócio por meio da implantação de cinco unidades regionais, uma em cada região hidrográfica do Estado, com gestão da CORSAN, para tratamento e disposição final de resíduos sólidos e lodos advindos do tratamento das ETA e ETE, sendo possível, mais adiante, ampliar para a geração de energia.

— Planejar a base de dados, organizando e sistematizando as informações existentes em órgãos estatais para dar suporte ao Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos por região, visando ao atendimento e à adequação dos municípios à nova política de resíduos sólidos.

— Apoiar os municípios na reciclagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos, incentivando a adoção de novas tecnologias que visem à geração de energia e à redução dos gases causadores do efeito estufa (Protocolo de Kyoto), bem como enfatizar a implantação da logística reversa e a ampliação da coleta seletiva nas grandes cidades, destacando a reciclagem como meio de geração de receita e renda.

- **Saneamento — Drenagem urbana**

— Estabelecer regramento a fim de apoiar tecnicamente os municípios na execução de projetos e nas ações institucionais de captação de recursos para a aplicação no setor, visando aportar equipamentos para o desassoreamento dos corpos hídricos urbanos, mapeados nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

— Mapear e normatizar, estabelecendo rotinas de fiscalização para a dragagem e a limpeza sistemática de canais e córregos a fim de minimizar a possibilidade de inundações.

- **Meio ambiente**

— Ter, em relação ao meio ambiente, definição específica com foco político-administrativo que trate o tema como variável transversal em todas as ações de governo, pela adoção de uma Agenda de Sustentabilidade no RS.

— Dotar a FEPAM de estrutura necessária à desburocratização e agilização dos processos de licenciamento ambiental.

— Organizar o zoneamento econômico-ambiental como instrumento de orientação e de planejamento das atividades econômico-produtivas.

— Ampliar, com adaptação para o Estado, o Programa Mais Ambiente, do Governo Federal, que tem por objetivo proporcionar aos agricultores adequação à legislação ambiental.

— Promover a Política Estadual de Serviços Ambientais articulada com a política nacional, com ações e incentivos de diversas formas às unidades familiares que produzem em sistemas sustentáveis.

— Dotar os órgãos do Estado de capacidade operacional, com profissionais e infraestrutura de trabalho adequada para prestar serviços eficientes por meio da educação ambiental e da operacionalização de políticas públicas dos setores que atuam no licenciamento, na fiscalização, na pesquisa e na gestão de parques e reservas ambientais.

— Estruturar uma Rede de Pesquisa Integrada (com metas de curto, médio e longo prazo) para gerar conhecimentos e tecnologias que possam transformar-se em serviços, métodos processuais, softwares, bens, máquinas e equipamentos de inovação ecológica, criando uma economia verde (limpa) que faça do Estado referência e vanguarda em geração de tecnologias sustentáveis, gerando postos de trabalho e riquezas. Para isso, faz-se necessário ampliar programa de bolsistas de pesquisa científica e implantar bolsa de agentes de desenvolvimento ambiental.

6. TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado cumpre o papel de elemento propulsor na promoção dos desenvolvimentos econômico, social e humano. É de sua competência assumir também a condição de protagonista na captação de investimentos novos para ampliar a base produtiva dos setores da economia e investir recursos em infraestrutura, energia e serviços que melhorem a qualidade de vida e a produtividade do trabalho dos gaúchos. Compete-lhe promover as atividades específicas de capacitação para o trabalho, de estimular a inovação tecnológica e preparar o ambiente político para a ação do setor empresarial, no plano interno do país e nas relações internacionais, dando apoio e sustentabilidade aos setores da produção.

Ao mobilizar potenciais existentes dentro de sua estrutura administrativa, o Estado deve fazer igual esforço de investimentos na direção do empreendedorismo social, e aproveitar os potenciais humanos ainda não incorporados ao mercado de trabalho, com a eficiência e o amparo que é desejável e humano para as famílias em sua realização de vida. Tem de tomar a si e enfrentar o grande desafio para retirar mais de um milhão de gaúchos da pobreza.

Desde o início do Plano Real, no período entre 1995 e 2013, enquanto a economia brasileira cresceu a uma taxa média da ordem de 3,0% ao ano, a economia gaúcha estancou em 2,1% ao ano, ocasionando queda na participação do Estado na renda nacional, de 8,9% para próximo de 6,4%.No pós-Real, a indústria gaúcha cresceu a uma taxa média de apenas 1,08% ao ano, o que foi determinante para o baixo desempenho econômico do Estado. Já em período mais recente (entre 2003 e 2013), quando a economia brasileira obteve maior dinamismo, o PIB estadual cresceu a uma taxa média anual de 2,9%, tendo a agropecuária apresentado uma expansão de 5,6% ao ano, a indústria, de 1,4% (a indústria de transformação cresceu apenas 0,9%), e os serviços, de 3,1%. A análise e as informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE) confirmam que a economia gaúcha vem sendo alavancada pela agropecuária.

No período de 2011 a 2013, tem-se um indicativo de reversão na tendência em relação à condição anterior, tendo a média de desempenho gaúcha passado para 3,3% ao ano, superando a média do fraco desempenho nacional, de 2,0%. Contudo, nesse período, a indústria de transformação continuou com desempenho insatisfatório, na casa de 1,4% ao ano. Em 2013, o PIB do Rio Grande do Sul situou-se em torno de R$ 312 bilhões, perfazendo renda per capita da ordem de R$ 30 mil. Na formação do PIB gaúcho, a participação da agropecuária gira em torno de 10%, a da indústria, de 28% (sendo a indústria de transformação responsável por 19%, e a construção civil por 4%), e a do setor de comércio e serviços por outros 62%, onde se destacam o comércio, com 13%, e os serviços públicos, com 14%.

Pesquisa realizada pela FEE na Região Metropolitana de Porto Alegre, que abrange cerca de 1/3 da população do Estado, demonstra que a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2014 atinge cerca de 6% da população economicamente ativa, indicando a existência de 115 mil pessoas desempregadas na região. Projetando esta taxa para o Estado, infere-se que o Rio Grande do Sul poderá estar com mais de 300 mil pessoas desempregadas. Admitindo-se ainda que aproximadamente 170 mil pessoas atinjam a idade adulta anualmente, tem-se a real dimensão do problema e do desafio a ser enfrentado para que a situação não venha a se deteriorar ainda mais.

São nossas propostas:

- **Competitividade e geração de emprego e renda**

— Estimular o engajamento do Rio Grande do Sul no processo de integração competitiva no mercado nacional e em âmbito internacional.

— Desenvolver programas para a incorporação de tecnologias inovadoras em todos os setores estratégicos, principalmente nos segmentos da indústria de transformação e da agropecuária.

— Adotar programas de melhoria da gestão pública e dinamização dos sistemas de transportes de carga e de passageiros.

- **Fortalecer o empreendedor**

— Incentivar a criação e a estruturação de entidades incubadoras nas universidades públicas e privadas, com o objetivo de estimular inovações tecnológicas que oportunizem novos empreendimentos.

— Incentivar as universidades públicas e privadas a investirem em pesquisas nos polos tecnológicos, como instrumento de geração de novos negócios, tendo por base as características estruturais e culturais de cada região.

— Ampliar os incentivos concedidos pelo Estado às iniciativas de desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais como estratégia de geração de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas.

- **Promoção e divulgação do potencial produtivo do Estado**

— Promover feiras de negócios em outros estados e no exterior, com vistas à divulgação das atratividades econômicas do Rio Grande do Sul a partir de ações conjuntas com as entidades empresariais, alavancando negócios e atraindo novos investimentos.

- **Incentivo ao turismo e a eventos empresariais**

— Cadastrar e divulgar os atrativos turísticos, os eventos culturais, esportivos e econômicos, promovendo ações conjuntas com os municípios e com as associações de classe.

— Melhorar o acesso à região dos Aparados da Serra, inclusive com integração rodoviária com o polo serrano catarinense, e viabilizar, por meio de ação política junto ao Governo Federal, a implantação de novo aeroporto na Serra Gaúcha.

— Incentivar a criação de produtos turísticos relacionados ao polo missioneiro eà integração turística com os sítios missioneiros dos países vizinhos.

— Integrar o Projeto Costa Doce e Caminho Farroupilha com as oportunidades turísticas do Litoral Norte, Litoral Sul, Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

— Dotar a Região Metropolitana de um moderno Centro de Convenções, em parceria com a iniciativa privada.

— Incentivar a realização de eventos como festas e feiras regionais, valorizando seus aspectos étnicos, culturais e econômicos, com eventos temáticos, em diversos segmentos.

— Incentivar a melhoria da infraestrutura turística privada (hotéis, parques turísticos, locadoras de veículos, etc.), disponibilizando linhas de crédito para a realização de investimentos (CAIXA-RS / BANRISUL / BRDE).

— Implantar a cartilha turística nas escolas localizadas em municípios cadastrados como turísticos, com enfoque de promover a conscientização da importância socioeconômica do turismo e a preparação da população para a exploração da atividade (guias, mão de obra, hotelaria, etc.).

7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

O Rio Grande do Sul possui uma experiência de desenvolvimento regional efetiva, que produziu e produz uma rica relação democrática e de organização de governança que aloja as diversas representações da sociedade civil, criada no governo Alceu Collares: os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). É uma estrutura particular de representação da sociedade apta para organizar o planejamento estratégico, o planejamento orçamentário e as atividades que se constituem como prioridades para a região.

A organização da ação da cidadania pela governança regionalizada amplia o processo democrático na construção de oportunidades para o investimento público, promovendo o crescimento econômico e social das regiões. O desenvolvimento regional organizado na dimensão dada pelos COREDES potencializa a integração dos agentes sociais e gestores, desburocratiza os processos de gestão dos recursos públicos para o investimento, é mais efetivo na definição de políticas públicas prioritárias ao atendimento das necessidades regionais.

A habitação é um tema de relevância para o planejamento da gestão do governo, por tocar no interesse de uma população carente enorme no Rio Grande do Sul. Há mais de dois milhões de pobres em nosso território, em sua maioria necessitada do auxílio e do amparo do Estado para viver com qualidade e ocupar moradias dignas, sejam elas em territórios urbanos ou cidades e localidades no meio rural.

Haverá atenção prioritária na criação de uma estrutura gerencial para o mapeamento das necessidades e respectivo planejamento das ações que ajudarão a enfrentar o déficit habitacional e a adequar planos diretores de cidades polos - pela concentração de população que detêm - à realidade de suas necessidades quanto à estrutura urbana. Ao Governo do Estado caberá o papel de articulador das políticas de moradia e de crédito habitacional junto ao Governo Federal, além da determinação de participar como mediador nos conflitos fundiários, na regularização de áreas e nos reassentamentos das famílias alojadas precariamente em espaços urbanos e de rodovias.

São propostas para a regionalização, programas de habitação e regiões metropolitanas:

— Revitalizar as ações dos COREDES como estratégia de relação democrática e de organização de governança com as representações da sociedade civil.

— Ampliar a estrutura particular de representação da sociedade apta para organizar o planejamento estratégico, o planejamento orçamentário e as atividades que se constituem como prioridades para a região.

— Adotar princípios da transversalidade na identificação dos problemas e na elaboração de políticas públicas.

— Fomentar políticas públicas de urbanização e de habitação para atender empreendimentos regionais em parceria com o Governo Federal, municípios, iniciativa privada e entidades civis, como sindicatos e cooperativas habitacionais.

— Oferecer atendimento prioritário às mulheres chefes de família de baixa renda e/ou vítimas de violência, com uma política habitacional própria, envolvendo saneamento, meio ambiente, desenvolvimento social e desenvolvimento humano.

— Promover parcerias com os municípios nas intervenções em áreas de sub-habitação para a elaboração de projetos destinados à fixação ou à remoção das famílias de acordo com a necessidade.

— Criar a “Central de Projetos” para orientar o governo sobre obras consideradas prioritárias a partir do conceito de construção de uma nova sociedade, capaz de refletir e debater com base na cidadania e nos valores da fraternidade e da solidariedade.

— Avaliar o desenvolvimento regional comum visando identificar evidências ou tendências de processos de conurbação e de crescimento populacional nas áreas urbanas e suas respectivas densidades demográficas.

8. DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nosso governo dará atenção especial aos grupos sociais mais vulneráveis, como idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, jovens, negros, índios, homossexuais e todos que sofrem qualquer discriminação.

A Proteção Social atenderá às crianças, às famílias e aos indivíduos que possuem seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Oferecerá também atendimento às famílias que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça ou violação de direitos e às crianças e indivíduos que por uma série de fatores não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias.

As políticas públicas para a juventude encontram-se em fase incipiente, limitando-se a programas dispersos, tímidos e, muitas vezes, sem efetividade, como Bolsa Juventude Rural e o Passe Livre Estudantil. Falta a implantação de uma Política Estadual de Juventude, que monitore e interaja com todos os órgãos do governo, nos programas que envolvem o público jovem. No Governo Vieira da Cunha, ocorrerá a elevação da atual "Coordenadoria de Juventude" ao status de Departamento, vinculado diretamente à Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, sendo um articulador de políticas e relações com a sociedade civil, gerenciando e monitorando todos os projetos e programas voltados para os jovens. No nosso entendimento, o principal enfoque a ser trabalhado pelo governo nesta área é o combate ao desemprego juvenil.

Quando o assunto é o enfrentamento aos casos de violência contra a mulher, o grande gargalo é a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, a rede de proteção à mulher vítima de violência e aos seus dependentes ainda é precária. Um dos motivos é a insuficiente destinação de recursos financeiros para custear a estrutura necessária.

Para estes fins, propomos as seguintes ações:

Cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, dotando a rede de atendimento sócio educativo das condições necessárias à ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

— Garantir proteção em abrigo para crianças e adolescentes em situação de abandono, violência física e psicológica, maus tratos ou situação de risco social e pessoal.

— Implementar políticas públicas que garantam o respeito aos direitos dos idosos.

— Promover, em conjunto com a sociedade, políticas públicas que garantam a cidadania das Pessoas com Deficiência e das Pessoas com Altas Habilidades.

— Zelar pelo respeito aos direitos do consumidor, coibindo os abusos e garantindo efetividade à legislação de defesa do consumidor.

— Implementar políticas de ações afirmativas para negros e índios.

— Garantir o respeito aos direitos da mulher, visando à eliminação das discriminações, em busca da igualdade e de sua integração social, política, econômica e cultural.

— Fortalecer as ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

— Criar uma rede integrada de atendimento para as mulheres em situação de violência e seus dependentes, que reúna delegacias, casas abrigo, núcleos de defensoria pública, centros de perícias médico-legais especializados e assistência médica e psicológica.

— Capacitar os profissionais que atuam no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica.

— Melhorar a qualidade de vida, aferida por indicadores de inclusão social quanto à condição de pobreza existente no Estado, incluindo-se programas regionais e municipais para a expansão de empregos, elevação da escolaridade, de controle à drogadição e à sub-habitação, de proteção familiar e à mulher, e de proteção do jovem em situação de risco.

— Atuar em sintonia com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seus diferentes níveis de gestão.

— Consolidar os projetos em andamento, envolvendo o PRONATEC e as organizações do Sistema S, voltados à capacitação dos trabalhadores, e ampliá-los em termos de cobertura quanto à qualificação do trabalhador e na redução da taxa de desemprego.

9. CULTURA, ESPORTE E LAZER

A arte deve ser encarada, no campo público, como a grande parceira na integralização da educação. O Rio Grande do Sul possui quase dez mil grupos de arte, de acordo com o Mapa da Cultura realizado pela FAMURS. Não se desenvolve linguagem individualmente, nem de modo eventual. Estes grupos de arte, que hoje resistem no Estado, são os grandes apanhadores do legado cultural que a nossa história possui. Incentivá-los e dar-lhes condições, tornando-se o grande parceiro de seu desenvolvimento é o que o Estado deve ter como foco de ação.

Da mesma forma, o esporte é o outro grande aliado na formação cidadã. No que tange ao esporte e ao lazer, vamos utilizar a FUNDERGS como braço operacional e estratégico para realizar uma gestão de parcerias com escolas, universidades e clubes de formação de atletas.

São nossas propostas:

- **Cultura**

— Estimular e acolher toda manifestação com origem na cultura de nossas etnias - música, cinema, teatro, literatura, artesanato, etc.

— Estimular a cultura popular, tradicionalista e erudita.

— Reconhecer e fomentar, de modo sistemático,os milhares de grupos de arte presentes no Estado, dispondo como reciprocidade o complemento à educação, promovendo oficinas e fortalecendo o binômio arte/educação.

— Levar a arte para o povo, com grandes espetáculos artísticos, exposições de pintores e festas de luzes e cores, por exemplo, são iniciativas que o nosso governo adotará como processo de aprimoramento cultural e satisfação da população, bem como investir nos meios capazes de estimular e incentivar a arte popular.

— Difundir a cultura em todo o Estado, promovendo e ajudando projetos que estimulem atividades em casas de espetáculos, museus, teatros e espaços ao ar livre para a realização de eventos e programas de interesse das comunidades.

— Ampliar o intercâmbio cultural com outros estados brasileiros e com o MERCOSUL por meio de cursos, seminários, musicais, festivais universitários e outros eventos, e apoiar financeiramente eventos de interesse do Estado, valorizando o artista gaúcho e ajudando a difundir seu trabalho dentro e fora do País.

— Incentivar o desenvolvimento do teatro amador e escolar, com participação das escolas particulares, estaduais e municipais, criando concursos no meio teatral, nos diversos segmentos e faixas etárias.

- **Esporte e lazer**

— Focar no desenvolvimento do esporte e do lazer associado ao esporte educacional, de rendimento e de participação, preparando o jovem com o propósito de participar de competições, para a saúde do corpo e do espírito.

— Realizar os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS.

— Qualificar as práticas e os espaços oferecidos a idosos, indígenas e paratletas, através da promoção e aumento das atividades inclusivas.

— Incentivar o esporte de rendimento, junto ao Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), por meio da valorização da iniciação esportiva, destinando recursos específicos para transporte, alimentação e equipamentos aos alunos/atletas.

— Fortalecer o Programa de Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte.

10. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O desenvolvimento de um estado ou país está diretamente relacionado à geração e ao aumento do consumo de energia, por ser um dos componentes que proporcionam qualidade de vida à sociedade. O Estado enfrenta problemas na sua matriz energética, pois está no teto produtivo hídrico e, ano após ano, acumula déficits na comparação entre geração e consumo de energia elétrica, uma vez que precisa importar um terço da energia que consome. Mesmo recebendo auxílio da matriz de energia brasileira, a não conformidade entre oferta e demanda energética reflete-se em custos maiores aos diversos setores produtivos e à população, em face da escassez de investimentos em recursos energéticos alternativos como, por exemplo, carvão mineral, energia eólica e energia baseada na casca do arroz.

Para atender às diversas cadeias produtivas do Estado, sendo as maiores a da soja, madeira, papel e celulose, fertilizantes, milho e combustíveis, a infraestrutura logística de transportes está organizada com base na rodovia, que representa em torno de 85% das cargas, cabendo à ferrovia menos de 9% e à hidrovia, em torno de 4%. A rede rodoviária estadual sob responsabilidade do DAER possui 12.600 km, sendo que 8.000 km são pavimentados. O sistema de transporte do Estado, por suas condições de distribuição no espaço territorial, nem sempre é favorável e de fácil acesso aos polos geradores de bens e serviços. E, por sua qualidade muitas vezes insuficiente, impõe dificuldades à competitividade das cadeias de produção e à economia como um todo. A execução de projetos rodoviários e de acessos municipais que está na esfera do Governo do Estado e os investimentos em conservação e ampliação da malha rodoviária têm sido dificultados, não somente em razão do baixo valor disponível para esses investimentos, mas também pela dificuldade enfrentada por parte do Estado para elaborar projetos e torná-los viáveis nos tempos estabelecidos em função da burocracia exagerada e da falta de corpo técnico treinado.

O cenário ferroviário apresenta ao Estado a necessidade de vultosos investimentos e iniciativas arrojadas para que ocorra a modernização e ampliação da oferta dos serviços.

A análise da situação do sistema hidroviário e portuário, em primeiro plano, passa pelo entendimento da condição do porto de Rio Grande quanto à sua função de porto multipropósito e seus limites quanto à oferta de serviços, que se estendem desde questões ambientais até a capacidade de movimentação de cargas, granéis agrícolas, modernização tecnológica e inovação de processos de carga, descarga e armazenamento. O superporto é estratégico para o desenvolvimento do Estado por possuir enorme efeito multiplicador que ampara os demais componentes empresariais do sistema. A expansão da indústria naval, das operações tradicionais, das importações de automóveis e de fertilizantes e a expansão da estrutura para suportar o aumento da produção de papel e celulose consagram sua importância como atividade estratégica para o desenvolvimento do Estado.

Sobre o sistema aeroviário, entendemos que o Programa de Concessão Aeroportuário do Estado deverá partir de um estudo ou plano diretor para a definição das funções de cada aeroporto ou terminal aeroportuário. O Rio Grande do Sul tem uma rede deficiente de aeroportos para a movimentação de pessoas e cargas. Carecemos de definição quanto à forma de operar e onde localizar os futuros investimentos necessários à ampliação da infraestrutura aeroportuária.

Nossas propostas para a infraestrutura e logística são as seguintes:

- **Energia — Geração**

Ampliar a oferta de energia produzida no Estado por meio das seguintes ações:

— Participar de novos empreendimentos de geração hidrelétrica em parceria com o governo federal, bem como com a iniciativa privada.

— Ampliar a geração térmica de energia, aproveitando os abundantes recursos minerais do Estado, respeitadas as condições de sustentabilidade ambiental.

— Criar programas em parcerias com os produtores independentes, cogeradores e autoprodutores na oferta de energia elétrica ao mercado gaúcho.

— Incentivar o aproveitamento integrado das pequenas fontes de energia renovável do Estado, notadamente pequenas centrais hidrelétricas e eólicas, em programas conjuntos com municípios e iniciativa privada.

- **Energia —Transmissão**

— Concluir os projetos referentes à Fronteira Oeste, Litoral Norte e Litoral Sul, entre outras regiões, com vistas a eliminar as demandas reprimidas e melhorar os índices de qualidade, confiabilidade e fornecimento de energia elétrica.

— Obter nova linha de transmissão em 500 KV da ELETROSUL, permitindo maior confiabilidade no suprimento de energia no Estado.

— Dar continuidade à política de viabilização de obras de transmissão, através de parcerias com as comunidades e segmentos da economia beneficiados pelas mesmas.

- **Energia — Distribuição**

— Desenvolver programas de eletrificação rural, buscando a universalização do fornecimento de energia elétrica, além de incentivar o sistema de cooperativas de eletrificação rural em todo o Estado.

— Ampliar o Programa Vila Melhor, visando a disponibilizar energia elétrica às populações mais carentes.

— Ampliar, substituir e reparar as redes de distribuição, visando à melhoria da confiabilidade e qualidade no atendimento aos consumidores, reduzindo os atuais índices de perdas e interrupções no sistema de distribuição.

- **Transportes**

A conservação da malha rodoviária e os investimentos novos em duplicação de rodovias ficarão a cargo do DAER e da EGR, que serão reestruturados para atender suas finalidades, sem prejuízo de parcerias público privadas. Trabalharemos também em sintonia com o Governo Federal, no sentido de que os projetos em andamento e os previstos a serem executados pelo plano nacional de investimentos em rodovias e outros meios de transporte de passageiros e de carga realmente se efetivem. Vamos, outrossim, buscar alternativas de financiamento em conjunto com o Governo Federal para viabilizar a captação de recursos de agentes financeiros internacionais (BID/BIRD), para a melhoria e modernização da infraestrutura do Estado.

- **Transportes — Sistema Rodoviário**

— Desenvolver o Programa Buraco Zero, que visa à manutenção preventiva, periódica e permanente da malha rodoviária estadual pavimentada, efetivado pela expansão do programa CREMA.

— Reestruturar o DAER, melhorando seu modelo de gestão dos recursos humanos e o planejamento operacional, bem como harmonizar as funções de gestão nas operações da EGR e do DAER.

— Aproveitar e aprimorar o Plano Estadual de Logística e Transporte.

— Priorizar as obras de acesso asfáltico às sedes de todos os municípios gaúchos.

— Concluir todas as obras em andamento.

- **Transportes — Sistema Hidroviário e Portuário**

Apenas três estados no Brasil são providos de navegação interior: São Paulo, Amazonas e o Rio Grande do Sul. O território gaúcho possui 283 km de vias navegáveis, que é o trecho compreendido entre Porto Alegre e o porto de Rio Grande.

As hidrovias gaúchas deveriam ter 17 pés de calado, mas a profundidade não alcança este índice em vários trechos. Atualmente, nenhuma das quatro dragas que o Estado possui está apta a operar. Outro fator que prejudica a navegação interior é a falta de balizamento, que dificulta o tráfego durante a noite.

A ineficiência da SPH nos últimos anos é apontada por especialistas como um dos principais fatores responsáveis pelo baixíssimo volume de cargas transportado atualmente via hidrovia no Rio Grande do Sul, índice que hoje está em torno de 3% do total de cargas movimentado no Estado.

Outra questão importante é o transporte fluvial de passageiros, a exemplo da já existente travessia Guaíba – Porto Alegre. É possível o transporte via catamarãs, que dispensam dragagens – pois flutuam sobre o espelho d'água – e poderiam funcionar a partir de outros municípios, com a abertura de novas licitações.

- **São nossas propostas:**

— Criar um plano continuado de dragagens no canal que liga o porto de Estrela ao porto de Rio Grande.

— Buscar junto à ANTT que a nossa hidrovia seja administrada pelo Rio Grande do Sul (hoje, pasmem, está sob administração do Maranhão).

— Implantar berço de atracação no porto de Rio Grande exclusivo para a navegação interior.

- **Transportes — Sistema Aeroviário**

— Planejar, em parceria com o Programa de Concessão Aeroportuário, o plano diretor para a definição das funções de cada aeroporto ou terminal aeroportuário.

— Avaliar a rede de aeroportos quanto à capacidade para a movimentação de pessoas e de cargas, administrada pela INFRAERO, e definir a forma de operar e onde localizar os futuros investimentos necessários à ampliação, principalmente de passageiros.

— Aparelhar os aeroportos regionais, visando aumentar a segurança de voo e promover a integração das rotas aéreas das cidades polos de desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, Zona Sul, Serra, Litoral, Campanha, Planalto, Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio, Centro Oeste e Fronteira Oeste.

- **Transporte na Região Metropolitana**

—Elaborar um Plano Multimodal de Transportes para a Região Metropolitana de Porto Alegre.

— Efetivar a implantação do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros para estabelecer e executar as políticas de transporte coletivo de passageiros face à necessidade de ações coordenadas e intervenções planejadas no sistema de transporte metropolitano.

— Implantar o “Projeto Parada Segura”, que objetiva melhorar as condições de embarque e desembarque de passageiros nos pontos de paradas e terminais.

11. ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A administração pública estadual está constituída por uma estrutura superdimensionada, demasiadamente complexa, excessivamente burocratizada e dispendiosa. Os mecanismos de ação estão obsoletos, em especial, na prestação de serviços públicos de grande demanda, como educação, saúde, segurança, dentre outros. Em 2010, a estrutura da administração direta estava composta pela Casa Civil e dezenove (19) Secretarias de Estado; e a administração indireta, por trinta e oito (38) entidades assim distribuídas: oito (8) autarquias, vinte (20) fundações, dez (10) empresas de economia mista, dentre as quais dois (2) bancos. Em 2014, a estrutura da administração direta está composta pela Casa Civil e vinte e nove (29) Secretarias de Estado. A administração indireta está assim composta: oito (8) autarquias, dezesseis (16) fundações públicas de direito privado, treze (13) sociedades de economia mista, uma (1) empresa pública de capital fechado, quatro (4) subsidiárias do BANRISUL, e duas (2) entidades de relacionamento com o governo.

Servidores no poder executivo, em dezembro de 2013:

— Administração direta: 148.323 ativos /138.795 inativos.
— Administração indireta:

	Ativos	**Inativos**	**Pensionistas**	**TOTAL**
Fundações	5.755	6	0	**5.761**
Autarquias	3.473	5.087	46.337	**54.897**
Sociedade Econ. Mista	24.140	1.798	180	**26.118**
TOTAL	**33.368**	**6.891**	**46.517**	**86.776**

Fonte: Boletim Informativo de Pessoal - SEFAZ. Governo do Estado - DEORG/SARH.

A maioria dos pensionistas do Estado está registrada no IPERGS, o que explica o alto número de pensionistas nas autarquias. O total em dezembro de 2013, considerando o somatório da administração direta mais a indireta (D + I), era igual a:

— Ativos = 181.691, representando 48,60%.

— Inativos = 145.686, representando 38,96%.

— Pensionistas = 47.308, representando 12,44%.

A organização da estrutura administrativa do setor público, em nossa visão, deve ser admitida como um modelo administrativo transversal, descentralizado e regionalizado. A gestão orientar-se-á com base em instrumentos de planejamento estratégico, em diretrizes e objetivos oriundos de decisões tomadas no âmbito regional, priorizadas orçamentariamente pelos COREDES e viabilizadas segundo a capacidade de pagamento e de endividamento do Estado. Serão pontos críticos do debate sobre a governança o modelo de aperfeiçoamento dos processos de trabalho, as diretrizes estratégicas regionais priorizadas, os controles internos da administração pública com foco na eficiência dos operadores, na satisfação do cidadão que recebe o serviço e na criação de ambientes criativos voltados para a inovação e o empreendedorismo.

Os servidores públicos são os responsáveis pelas ações previstas e compromissadas por um plano de governo que se instala democraticamente. São os agentes da transformação social. Este é o momento de se dar prioridade e reconhecer que é necessário promover melhoria dos serviços públicos, qualificando os servidores para a prestação de serviços de nível profissional ao cidadão.

Em clima de reciprocidade e de compromisso com a sociedade, vamos estabelecer metas e resultados negociados para promover o crescimento econômico, social e a regulação ambiental. Existirá atenção especial à execução, atualização e/ou implantação de programas setoriais como: profissionalização da gestão pública, atualização da Lei Orgânica da Administração Pública, edição de novo Estatuto que discipline as relações entre o Estado e seus servidores, institucionalização da negociação coletiva e regulamentação da greve no serviço público estadual, implantação de políticas públicas de prevenção da saúde para os servidores públicos estaduais, observância da regra constitucional sobre remuneração no serviço público.

Vamos trabalhar com propostas como as que seguem:

- **Valorização do servidor público**

— Construir um clima de diálogo entre o governo e as representações de categorias dos funcionários públicos para elaborar uma proposta de política salarial justa, que contemple a revisão geral e anual de remuneração no serviço público, como previsto no inciso X do artigo 37 da Constituição.

— Criar programas de formação e de qualificação dos funcionários públicos do Estado, associados à modernização tecnológica e da estrutura física.

- **Aprimoramento dos mecanismos de controle**

— Aperfeiçoar os mecanismos de controle dos atos da Administração Pública nos campos de juridicidade e de regularidade da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, visando a maior eficiência na prestação de serviços públicos essenciais no combate aos crimes contra a gestão pública e contra a ordem tributária, aos atos de improbidade administrativa e às infrações disciplinares.

— Criar a Corregedoria Geral da Administração Pública.

- **Desburocratização e simplificação dos processos**

— Facilitar o acesso aos serviços de grande demanda, como licenciamentos ambientais, conciliação administrativa de litígios e processos administrativos, bem como segurança pública, saúde e educação, de forma a garantir eficiência no serviço prestado pelo servidor público e satisfação a quem os procura.

- **Políticas públicas para a Previdência Social e Plano de Assistência Médica e Hospitalar**

— Priorizar o aperfeiçoamento dos serviços do IPE-Previdência e do IPE-Saúde, dotando-os de recursos materiais, tecnológicos e de pessoal, bem como qualificar os respectivos mecanismos de gestão e controle a fim de assegurar aos servidores públicos estaduais uma previdência social pública e um plano de assistência médica e hospitalar mais sólidos e qualificados.

— Promover a reestruturação organizacional e operacional da área previdenciária, por meio da implantação plena do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS), do censo previdenciário e do recadastramento geral de seus beneficiários.

— Instituir auditoria permanente em aposentadorias, benefícios e pensões.

— Revisara metodologia da perícia médico-previdenciária, tornando possível editar a consolidação da legislação previdenciária estadual e captar recursos financeiros para a previdência social pública.

— Promover, no plano de assistência à saúde, alterações que conduzam à sua autossustentabilidade, mas também à ampliação e à qualificação dos seus serviços.

- **Ampliação e qualificação da participação popular na gestão pública e de outros controles sociais sobre o Estado**

— Promover maior transparência à gestão pública, assim como o acesso público a informações e qualificar a participação popular na gestão, ampliando os controles da sociedade, como os conselhos com representação popular e de segmentos sociais, e outros mecanismos de retroalimentação, como o disque-denúncia.

12. FINANÇAS PÚBLICAS E RELAÇÃO FEDERATIVA

Os déficits fiscais acumulados pelo Estado permanecem há décadas. No domínio das receitas, em que pese o desempenho satisfatório das receitas próprias nos últimos anos, em especial do principal tributo (ICMS), são cada vez menores as receitas decorrentes das transferências constitucionais e legais da União. Já no âmbito da despesa, são recorrentes as dificuldades estruturais na execução das contas públicas, que crescem em ritmo mais acelerado do que a receita corrente líquida. À exceção dos exercícios de 2007 a 2009, em que foram verificados superávits (quando houve drástica redução dos investimentos), em todos os demais anos do atual milênio foram registrados déficits no resultado orçamentário. A situação vem se degradando continuamente desde 2008, quando houve um superávit de R$ 908 milhões, até atingir, em 2013, um déficit de R$ 1,394 bilhão.

O resultado primário enfrenta dificuldades para garantir os recursos necessários ao cumprimento das obrigações relativas à dívida pública. Tem superávit crescente a partir de 2004, atingindo R$ 2,819 bilhões em 2008; decresce a partir de 2008, chegando em 2013 com R$ 624 milhões.

Já os déficits financeiros se acentuaram nos últimos anos, tendo sido financiados com recursos do Caixa Único (SIAC) ou dos depósitos judiciais.

Caixa Único — o saldo de saques estava acumulado em R$ 8,677 bilhões em 31 de dezembro de 2013. Desse total, foram sacados pelo Tesouro, no atual governo, R$ 4,986 bilhões, dos quais R$ 2,291 bilhões somente em 2013.

Depósitos judiciais — foram resgatados R$ 5,015 bilhões no atual governo, mais especificamente no ano de 2013.

As receitas próprias, em especial as tributárias (que representaram 78,9% das receitas totais em 2013), têm apresentado excelente desempenho, com destaque ao ICMS - a principal fonte de financiamento do Estado - que apresenta crescimento real na maioria dos exercícios no decurso da última década. A título de exemplo, no exercício de 2013, a arrecadação total de ICMS, da ordem de R$ 24,061 bilhões, representou um crescimento real de 6,1%.

As receitas decorrentes das transferências governamentais da União crescem de forma insatisfatória, reduzindo sua participação na receita corrente líquida de 11,6%, em 2003, para 7,8%, em 2013. As compensações pelas perdas decorrentes da Lei Kandir se mantêm constantes desde 2008. O Fundo de Participação das Exportações - IPI (2012 e 2013) - e o Fundo de Auxílio às Exportações (2008 a 2012) estão em queda. Se a integralidade destas receitas tivesse tido o mesmo desempenho da arrecadação do ICMS no período de 2003-13, ao invés de o Estado ter recebido R$ 2,068 bilhões a tal título no ano de 2013, teria recebido R$ 3,009 bilhões, ou seja, quase R$ 1 bilhão a mais somente no último exercício.

No tocante às despesas, a maior das rubricas se refere a pessoal e encargos sociais. Importa destacar que, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, pelos critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado já teria ultrapassado os limites permitidos de gasto nos exercícios de 2012 (61,25%) e 2013 (61,66%). Ainda segundo a STN, considerados separadamente, o Poder Judiciário excede seus gastos desde 2007; o Ministério Público, no período entre 2007 e 2012; e o Poder Executivo, nos exercícios de 2012 e 2013.

O déficit previdenciário tem crescido sistematicamente. No ano de 2013, considerada a despesa com aposentadorias e pensões de R$ 9,750 bilhões e a receita de contribuições de R$ 3,320 bilhões, o déficit foi da ordem de R$ 6,430 bilhões. Ponto positivo é que - provavelmente fruto da aprovação das LCs nºs 13.757/2011, 13.758/2011, 14.015/2012 e 14.016/2012 - já no ano de 2013 aumentou a participação da receita de contribuições sobre a despesa total (34,1%) e reduziu o crescimento do déficit anual (da média de R$ 400 milhões/ano no período de 2007 a 2012, para R$ 270 milhões/ano em 2013).

As outras despesas correntes, conhecidas como despesas de custeio ou de manutenção, cresceram significativamente no período entre 2008 e 2013, quando aumentaram em 117%, sendo que somente em 2013 o crescimento correspondeu a 57% em relação a 2008 (da ordem de quase R$ 2 bilhões). Em consequência, aumentou sua relação com o comprometimento da receita corrente líquida de 20,3% para 28% no período.

O Estado tem cumprido com a trajetória de ajustamento de sua Dívida Consolidada Líquida prevista na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, tendo, em 2013, alcançado uma relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) de 209%, quando o limite era de 215%. A dívida fundada correspondia a R$ 50,447 bilhões em 31 de dezembro de 2013, sendo que sua representatividade em relação ao PIB estadual tem baixado desde 2002. Naquele ano, representava 23,3% do PIB gaúcho, tendo reduzido para 20,3% em 2006, 16,5% em 2010 e 16,3% em 2013. A grande questão da dívida pública do Estado com a União, decorrente do contrato advindo da Lei nº 9.996/97, se dá nos seguintes termos: em 16 de novembro de 1998, o estoque da dívida correspondia a R$ 7,425 bilhões; em 31 de dezembro de 2013, o estoque da dívida correspondia a R$ 44,384 bilhões. Em síntese, a dívida aumentou significativamente, apesar de o Estado já ter pago R$ 16,832 bilhões no período, dos quais R$ 2,392 bilhões em 2013.

A existência do enorme estoque da dívida se deve à incidência de juros de 6% ao ano e de correção monetária calculada conforme a variação do IGP-DI, que é maior que a inflação oficial do período. Neste sentido, se, ao invés do IGP-DI, o indexador fosse o IPCA, a redução do estoque da dívida do Estado teria sido da ordem de R$ 11,4 bilhões no período de 15 anos.

Os investimentos amplos (que compreendem as inversões financeiras), avaliados desde 1987, tiveram, à exceção do Governo Britto, redução sistemática da aplicação de recursos públicos em relação à receita corrente líquida: decresceu da ordem de 20,5% no Governo Pedro Simon; para 5,4% no Governo Yeda Crusius e para 5,2% no Governo Tarso Genro.

Considerando a situação das finanças públicas do Estado, nossas propostas são as seguintes:

- **Receita própria do Estado**

— Aprimorar continuamente os processos de imposição, arrecadação, fiscalização e cobrança tributários, com o uso massivo da tecnologia da informação fiscal e aplicação da inteligência fiscal, incentivando o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, mediante programas de promoção e educação tributária e de autorregularização por parte dos contribuintes, e impulsionando programas de fiscalização repressiva com vistas ao estabelecimento da equidade fiscal.

— Utilizar a política tributária como fonte de indução ao desenvolvimento econômico e social do Estado e de redução das desigualdades regionais, mediante atração, estímulo e manutenção de investimentos estratégicos.

- **Transferências constitucionais e legais da União**

— Exigir a compensação das perdas decorrentes da Lei Kandir a partir da organização de um movimento nacional com vistas à regulamentação do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT-CF/88), que prevê que a “União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em Lei Complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados”.

— Liderar movimento nacional com vistas à recomposição da base de formação do Fundo de Participação dos Estados, prevendo a inclusão de todos os impostos e contribuições de competência da União (à exceção da contribuição previdenciária).

- **Gestão do Tesouro do Estado**

— Adequar o orçamento à realidade do Estado, com estrito controle de custos junto aos programas e projetos orçamentários, austeridade e implantação de novo sistema de compras públicas e gestão de suprimentos do Estado.

- **Dívida Pública do Estado com a União**

— Buscar a redução do percentual - de 13% para 9% - do comprometimento da Receita Líquida mensal com o pagamento da dívida com a União.

- **Previdência Estadual – Pública**

— Buscar tratamento adequado à questão previdenciária do Estado, estabelecendo estrutura específica e direcionando recursos que garantam tanto o progressivo pagamento do volume atual dos encargos previdenciários, como os compromissos com futuros pensionistas, garantindo a certeza e a segurança jurídica para ambas as partes (Estado e servidores).

— Estabelecer uma definição clara dos benefícios previdenciários e manter auditoria permanente nas possibilidades de inconformidade.

- **Sistema financeiro estadual**

— Estimular investimentos privados em setores estratégicos para o desenvolvimento e promoção de inovação tecnológica e sustentabilidade socioambiental.

— Prover crédito aos setores desassistidos apoiando o empreendedorismo, a economia solidária e a criação de uma nova capacidade produtiva.

— Preservar o BANRISUL como banco público.